

**A VIOLÊNCIA NAS ARPILLERAS BORDADAS POR MULHERES ATINGIDAS PELA  
HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE**

**VIOLENCE IN  
ARPILLERAS EMBROIDERED BY WOMEN AFFECTED BY BELO  
MONTE HYDROELECTRIC PLANT**

**LA VIOLENCIA EM LAS ARPILLERAS BORDADAS POR  
MUJERES AFECTADAS POR LA HIDROELÉTRICA DE BELO MONTE**

**Elisa Mergulhão Estronioli**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-5860-3507>

[elisaestronioli@gmail.com](mailto:elisaestronioli@gmail.com)

**RESUMO**

A hidrelétrica de Belo Monte causou profundas transformações no espaço urbano de Altamira, desencadeando ao mesmo tempo fenômenos planejados e não planejados. Um dos impactos associadas à construção da hidrelétrica é o aumento da violência nas suas variadas dimensões. Este artigo busca focar a visão das mulheres sobre esse fenômeno, a partir das arpilleras (bordados de retalhos sobre juta) produzidas pelas atingidas por Belo Monte durante encontros realizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre os anos de 2014 e 2018, ou seja, no auge da construção de Belo Monte e logo após. Foram escolhidas cinco arpilleras para análise, feitas por distintos grupos de mulheres atingidas na cidade de Altamira. Nota-se que a violência é um tema presente nas peças bordadas, o que fortalece a hipótese de que seu aumento foi um dos problemas mais percebidos durante a implantação da hidrelétrica.

**Palavras-chave:** Altamira; Belo Monte; mulheres; violência.

**ABSTRACT**

The Belo Monte hydroelectric plant caused profound transformations in the urban space of Altamira, triggering planned and unplanned phenomena at the same time. One of the impacts associated with the construction of the hydroelectric plant is the increase in violence in its various dimensions. This article seeks to focus on women's views on this phenomenon, based on the arpilleras (embroidered pieces) produced by those affected by Belo Monte during meetings held by the Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), between 2014 and 2018, that is, at the height of the construction of Belo Monte and shortly after. Five arpilleras were chosen for analysis, made by different groups of women affected in the city of Altamira. It is noted that violence is a theme present in the embroidered pieces, which strengthens the hypothesis that its increase was one of the most perceived problems during the implementation of the hydroelectric plant.

**Keywords:** Altamira; Belo Monte; women; violence.

## RESUMEN

La central hidroeléctrica de Belo Monte provocó profundas transformaciones en el espacio urbano de Altamira, desencadenando fenómenos planificados y no planificados al mismo tiempo. Uno de los impactos asociados a la construcción de la hidroeléctrica es el aumento de la violencia en sus diversas dimensiones. Este artículo busca centrarse en las miradas de las mujeres sobre este fenómeno, a partir de las arpilleras (piezas bordadas) producidas por las afectadas de Belo Monte durante las reuniones realizadas por el Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre 2014 y 2018, es decir, en el apogeo de la construcción de Belo Monte y poco después. Se eligieron para el análisis cinco arpilleras, elaboradas por diferentes grupos de mujeres afectadas en la ciudad de Altamira. Se observa que la violencia es un tema presente en las piezas bordadas, lo que fortalece la hipótesis de que su aumento fue uno de los problemas más percibidos durante la implementación de la hidroeléctrica.

**Palabras clave:** Altamira; Belo Monte; mujeres; violencia.

## INTRODUÇÃO

O histórico da construção de barragens no Brasil é reconhecidamente marcado por profundas transformações socioespaciais e violação de direitos humanos. Na Amazônia, essas obras adquirem uma característica de fronteira na qual a violência, em suas variadas dimensões, é um aspecto marcante, seja nos processos planejados ou espontâneos.

Por se combinarem com estruturas de desigualdade marcadas por classe, gênero e raça, sucede que as mulheres são atingidas por esses projetos de forma “particularmente grave” e têm maiores dificuldades para recompor seu modo de vida (CDDPH, 2010). O aumento da violência, associado a esses projetos, também é sentido de forma intensa pelas mulheres, devido ao papel que lhes é atribuído na reprodução social por uma sociedade capitalista e patriarcal.

O objetivo deste artigo é mostrar a percepção da violência pelo olhar das mulheres atingidas pela hidrelétrica de Belo Monte na cidade de Altamira, Pará. Para isso, analisa-se a coleção de arpilleras (telas de bordado) feitas por grupos de mulheres nos encontros organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região do Xingu, Pará. De uma coleção de mais de 20 peças, seleciona-se cinco que são exemplares de como os casos de violência, tanto de repercussão midiática local, quanto histórias pessoais, são marcantes na experiência das atingidas e aparecem sempre relacionados ao contexto de implantação da hidrelétrica.

As arpilleras escolhidas para análise foram feitas entre os anos de 2014 e 2018 em encontros na cidade de Altamira, dos quais participaram mulheres em diferentes situações de atingimento por Belo Monte. O período abarca desde o auge da construção de Belo Monte até o início do período conhecido como “ressaca” da barragem. As arpilleras escolhidas dispõem de documentação com sua descrição, motivo pelo qual se pode saber exatamente o que as mulheres queriam retratar, no caso de algumas representações serem confusas. Ressalta-se ainda que esteve presente nos encontros em que as peças foram bordadas, podendo recorrer à memória, ainda que limitada, daqueles momentos.

### **BELO MONTE E A VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA**

É difícil tratar do tema da violência em um contexto urbano amazônico sem remontar ao processo de ocupação da Amazônia como fronteira, cujo marco é o período dos planos de desenvolvimento e integração da região da ditadura militar. Nesse contexto, os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) consolidaram a Amazônia como fronteira de recursos, seja agrícola ou mineral (NAHUM, 2012). A região foi inserida numa dinâmica de desigualdade regional com relação ao centro-sul que se industrializava e precisava de matérias-primas, mas também tinha o objetivo de gerar divisas por meio da exportação de produtos primários (PINTO, 1977).

O discurso do vazio demográfico que deveria ser ocupado em nome da integração e do desenvolvimento correspondeu a um processo de expansão da propriedade privada (MALHEIRO et al., 2021). Tratou-se de cercamento de terras, florestas e águas de uso comum, ancestralmente habitadas pelos povos indígenas e posteriormente por outros grupos que se integraram à floresta, como quilombolas ou comunidades remanescentes dos antigos seringais. A priorização das propriedades particulares na Amazônia contribuiu para o aumento da violência (MIRANDA NETO, 2016, p. 120). Tratou-se de um processo de acumulação por espoliação, como definiu Harvey (2004).

Becker (1990) enfatiza que a fronteira amazônica já nasce com uma característica urbana, as cidades sendo polos de concentração de força de trabalho para as frentes de expansão seja agrícola, mineral ou de infraestrutura. Essa força de trabalho foi mobilizada em outras regiões, especialmente no Nordeste e em menor quantidade no Sul do país, e era também uma resposta aos conflitos fundiários nessas regiões (MARQUES, 2019). Diferente das nucleações urbanas amazônicas do período anterior, marcadas pela circulação fluvial ligada à extração seringueira e cuja dinâmica era dada pelo ritmo da

floresta, as cidades “da fronteira” (CASTRO, 2008) tem seu ritmo dado por um processo exterior de acumulação.

Também no período da ditadura militar foram feitas grandes barragens para geração hidrelétrica, em um processo que, no Brasil, foi “marcado por conflitos de interesses entre agentes econômicos, políticos, sociais e étnicos” (CASTRO et al., 2014, p. 5). Essa forma, que não mudou substancialmente no período democrático, levou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a reconhecer a existência de um padrão de “violação sistemática de direitos humanos” nessas obras (CDDPH, 2010).

No contexto de expansão da indústria de eletricidade, as grandes hidrelétricas passaram a ser construídas cada vez mais distantes das regiões densamente povoadas, entrando em choque com outros tipos de relações socioespaciais ou outros “tempos espaciais” (SANTOS, 2020), como no interior da Amazônia. Tais relações, formas e funções são vistas como obstáculos, que devem ser integrados ou eliminados, como explica Milton Santos:

Nesse contexto, o velho, na região, são também os grupos sociais preexistentes e suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem, desse modo, seja um obstáculo &apos;natural&apos;, seja às vezes um dado da expansão capitalista e exigem, desse modo, um tratamento especial, pois quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado (SANTOS, 2020, p. 106).

São deste período Balbina, no Amazonas, Tucuruí, no Pará, e Samuel, em Rondônia. Também na década de 1970 se fazem os primeiros estudos para hidrelétricas no rio Xingu. No entanto, os anos seguintes, de reabertura democrática, foram marcados pela resistência dos movimentos locais e povos indígenas, bem como denúncias e pressão do movimento ambientalista. Havia, além disso, baixa capacidade de investimento do Estado no auge do período neoliberal, o que contribuiu para que esses planos entrassem em uma fase de hibernação.

A hidrelétrica de Belo Monte saiu do papel somente a partir de 2010, nos governos do Partido dos Trabalhadores, sob o ideário neodesenvolvimentista que marcou o período. Embora tenha sido construída nos marcos da democracia liberal, Belo Monte apresenta uma certa continuidade com a visão da Amazônia como fronteira.

O papel do Estado e do setor privado, no entanto, foram diferentes com relação ao período anterior: "Pela primeira vez, na Amazônia, o Estado repassa a construção e a gestão de um grande empreendimento do setor de energia hidráulica para a iniciativa privada, caso da Usina de Belo Monte." (CASTRO et al., 2014, p. 6). As autoras referem-se ao fato de que a concessão da usina pertence à Norte Energia S.A., um consórcio no qual participam, além das estatais do setor (com menos da metade das ações), empresas privadas, investidoras e fundos de pensão.

É uma característica dos projetos de grande escala (PGE), como Belo Monte, desencadear, ao mesmo tempo, processos planejados e não planejados de intervenção e ordenamento (RIBEIRO, 1987). Os projetos planejados são marcados pela coerção e "ejecutados por grandes y poderosas burocracias vinculadas a redes nacionales e internacionales de intereses politicos y económicos" (RIBEIRO, 1987, p. 8) e os não planejados dizem respeito ao aumento de conflitos e da miséria entre as populações atingidas no entorno dos PGE.

A violência perpassa essas duas dimensões. Nascimento e Castro (2017) enfatizam que a violência e a ilegalidade não são efeitos secundários, mas parte fundante do próprio projeto de Belo Monte, uma vez que a "suspensão da norma" se torna a regra. A violência tem assim uma base concreta e historicamente determinada.

Altamira já era uma cidade que vivia sob a lógica de fronteira décadas antes de Belo Monte ser construída. Foi com a abertura da Transamazônica que a região passou a ser marcada por uma dinâmica de conflitos, em especial com o fracasso do processo de colonização e a ênfase na opção pelo governo militar em fortalecer o modelo de latifúndio exportador. Isso levou a um aumento vertiginoso da população de Altamira, que em dez anos, entre 1970 e 1980, triplicou (de 15.345 em 1970 para 46.509 em 1980). Mas mais acelerado foi o processo de urbanização, no qual a população da sede do município quintuplicou (de e 5.374 em 1970 para 26.911 em 1980) (MIRANDA NETO E HERRERA, 2016). Silva (2008) descreve a percepção dos moradores de Altamira diante da construção da rodovia, que lembra bastante a dinâmica de Belo Monte para quem viveu somente essa segunda:

A gente daquela pequenina cidade de ruas empoeiradas, de anciões sentados às calçadas, de comércios antigos, de casas abertas com cortinas nos quartos servindo de porta, do peixe fresco comparado à beira do rio, se via invadida pelo barulho das máquinas e moto-serras, pela

desenfreada chegada de aviões com pessoas de todos os lugares do Brasil." (Silva, 2008 p. 44)

Belo Monte reafirma e intensifica esse sentido de fronteira, agora hidroenergética, com sua relação dinâmica dada pelo exterior, para atender a uma demanda energética nacional ou mais especificamente centro-sudestina. É considerada a maior hidrelétrica completamente brasileira, devido a seus 11.233 MW de potência instalada, que perdem somente para a binacional Itaipu, com 14.000 MW. No entanto, a energia firme chega a menos da metade da potência, 4.571 MW, devido às grandes diferenças sazonais na vazão do rio Xingu. Seu reservatório principal, com 516 km<sup>2</sup>, atinge parte da cidade de Altamira, delimitada pela cota 100 (relativa a 100 metros acima do nível do mar).

Na cidade de Altamira, combinaram-se duas ordens de impactos: por um lado concentrou o fluxo de capital e trabalho para a hidrelétrica devido a seu papel de centralidade na rede urbana regional, por outro, sofreu a alagação com a formação do reservatório. Na trajetória da construção de grandes barragens no Brasil, não é comum que esses dois vetores atinjam simultaneamente o mesmo espaço (ESTRONIOLI, 2021), sendo esta uma particularidade significativa para entender a intensidade das transformações causadas em Altamira em poucos anos. Até a metáfora do apocalipse (GUERRA E SOUZA, 2018) foi utilizada para descrever esses processos.

Assim como ocorreu com a Transamazônica (SILVA, 2008), Belo Monte foi marcada por um grande processo migratório, muito rápido, sem que Altamira pudesse ter se preparado para receber esse contingente. Adiciona-se que nos primeiros anos, as obras civis da hidrelétrica começaram antes mesmo que os alojamentos nos canteiros pudessem ser finalizados, o que despejou milhares de operários na cidade (um dos primeiros impactos sendo o aumento nos aluguéis) (IBAMA, 2018).

A população de Altamira, de menos de 100 mil habitantes chega a próximo de 150 mil, de acordo com estimativas da prefeitura municipal. No auge da fase da construção civil da barragem, chegou-se a ter mais de 33 mil trabalhadores, sendo que “sondagem interna feita com o Consórcio Construtor de Belo Monte indicava uma proporção de 90% homens, boa parte deles solteiros ou que deixaram a família em seus locais de origem” (OLIVEIRA, 2017, p. 144).

Também nesse período, inicia a remoção da população das “áreas diretamente afetadas” (ADA)<sup>1</sup> (NESA, 2011) para os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) construídos na periferia de Altamira. Mais de 8 mil famílias (ESTRONIOLI, 2021, p. 85) foram compulsoriamente deslocadas, sendo que aproximadamente metade foi reassentada diretamente pela Norte Energia e a outra se mudou majoritariamente mediante indenizações em dinheiro. Independente disso, todas tiveram que se reorganizar em um novo espaço, reconstruindo relações sociais, econômicas e afetivas.

No caso dos reassentamentos, a mudança das famílias foi organizada pela empresa, que nem sempre respeitou os laços de vizinhança e, em outras situações, colocou lado a lado pessoas desconhecidas, sem conexão, ou até mesmo grupos que tinham desavenças, como relataram algumas mulheres que participaram dos encontros nos quais foram produzidas as arpilleras.

Um dos efeitos relacionados a Belo Monte diz respeito a um salto organizativo no tráfico de drogas. Trata-se de processo de múltiplas causas, que não se deve somente à hidrelétrica, mas se relaciona também ao contexto de expansão das facções do sudeste para a Amazônia (COUTO, 2023). Antes da barragem, a cidade conhecia brigas de gangues e pequenos assaltos na forma de “pedágio” (GUERRA E SOUZA, 2018). Mas durante a construção de Belo Monte, os grupos locais se estruturaram em facções, com conexões aos grupos nacionais (COUTO, 2023). A esse processo se atribui um aumento da violência e da sensação de insegurança, que deixou marcas na produção do espaço urbano (HERRERA E MOREIRA, 2015).

Com isso, em 2017, o Atlas da Violência, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou Altamira como o município mais violento do Brasil, com um índice de 100,5 homicídios por 100 mil habitantes (IPEA, 2017). Esse triste título pode ser contestado, uma vez que a pesquisa usa uma projeção populacional baseada no Censo, desconsiderando o afluxo migratório da barragem, ou seja, projeta uma população provavelmente menor que a de fato, com 108.382 habitantes (Ipea, 2017). Mas fato é que

---

<sup>1</sup> São consideradas pela Norte Energia “áreas diretamente afetadas” (ADA) aquelas sujeitas à alagação pela formação do reservatório da hidrelétrica. Elas são definidas pela altura até 100 metros acima no nível do mar. A definição dessa área delimita quem são as pessoas reconhecidas como atingidas pela hidrelétrica e foi, ao longo do período de construção da usina, motivo de debate teórico, questionamentos jurídicos e de enfrentamento político, quando comunidades não reconhecidas passaram a se organizar para terem direito à indenização e reassentamento (ver ESTRONIOLI, 2021).



a percepção da violência no cotidiano, reforçada também nos noticiários das TVs locais, deixou poucas dúvidas quanto à concretude dos conflitos. As notícias de execuções, quase sempre atribuídas à disputa entre esses grupos, povoaram o cotidiano.

Apesar do previsível aumento da violência no contexto de construção da hidrelétrica, as medidas de segurança pública por parte do empreendedor não foram incluídas como condicionantes, mas tratadas na forma de acordos políticos com o poder público (Oliveira, 2017, p. 101).

Para piorar o cenário, em 29 de julho de 2019, a cidade foi palco do segundo maior massacre dentro do sistema prisional na história do país, que resultou em 58 pessoas mortas, além de outros quatro internos assassinados no traslado para outra unidade prisional. Em número de mortos, esse episódio só perdeu para o massacre do Carandiru, que deixou 111 vítimas em São Paulo. Não se tratou de um evento isolado, mas relacionado ao contexto da hidrelétrica, segundo Oliveira:

Todos os problemas decorrentes da obra de Belo Monte, o intenso fluxo populacional, o aumento do consumo de drogas, o aumento da violência, o aumento dos homicídios, a estagnação econômica pós-Belo Monte, o aumento do desemprego, as novas estruturas urbanas, e a chegada e conflitos entre facções criminosas no contexto urbano de Altamira, são fatores que combinados, tal qual uma bola de neve rolando e crescendo em meio a neve, contribuíram para a escalada da violência no decorrer dos anos, até o extremismo da violência que findou com o massacre do presídio em 2019.” (OLIVEIRA, 2022, p. 280)

A esse aspecto, liga-se a violência contra as mulheres, compreendida como um elemento estrutural, indissociável na prática das relações raciais e de classe na sociedade capitalista. A violência não é só um produto, mas condiciona a experiência feminina (BARROSO, 2019, p. 42). Para Saffioti (2015), a violência contra as mulheres é estrutural, um aspecto do patriarcado, compreendido como um sistema de dominação-exploração. Ele não se reflete somente na discriminação salarial das mulheres, em sua segregação ocupacional ou sua marginalização dos processos de decisão, mas além disso, significa o controle dos corpos (sexualidade e capacidade reprodutiva) das mulheres (SAFFIOTI, 2015, p. 113), o que está diretamente relacionado à violência.

Embora sem usar o termo patriarcado, Aruzza et al (2019) também enxergam a violência de gênero com um olhar para a totalidade, em “um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe”. “Longe de ser acidental, ela [a violência de gênero] está



enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista” (ARRUZZA et al, 2019, p. 57).

Para Arruzza et al. (2019), essa forma de violência se torna especialmente virulenta em épocas de crise, como efeito da insegurança econômica e política, diante das quais a ordem de gênero estabelecida parece estremecer. De certa forma, podemos entender “crise” não apenas como ausência de crescimento econômico, mas em um sentido amplo, pois a construção de Belo Monte também pode ser compreendida como algo que mexeu com as estruturas sociais, com consequência para a vida das mulheres.

Dados coletados por Barroso na Delegacia de Atendimento à Mulher mostram esse aumento da violência contra as mulheres:

Considerando o período de 2010 (ano anterior ao início das obras) a 2011 (período de início das obras da UHE Belo Monte), evidenciamos um aumento de 54,40% nas ocorrências de violência. Ademais, quando comparados os quatro anos antes do início das obras de Belo Monte (2007 a 2010) aos quatro anos após (2011 a 2014), o registro de casos de violência tem um aumento de 59,03%. O ano de 2012 registra 718 casos, o maior da série histórica no período analisado, que “coincide” com o ano de maior número de trabalhadores na obra, 35 mil. (BARROSO, 2019, p. 147)

Nota-se um aumento direto na violência contra as mulheres, relacionado às expectativas sociais quanto ao seu papel na família em um momento de conflitos sociais, à naturalização do controle dos corpos femininos e diante de um perfil da força de trabalho migrante majoritariamente masculina da hidrelétrica. Além disso, as mulheres sentem também os impactos do aumento da violência urbana como resultado do esgarçamento do tecido social no contexto da construção de Belo Monte e suas profundas e intensas transformações socioespaciais. Essas dimensões combinadas marcam a experiência das mulheres atingidas por Belo Monte e aparecem nas obras têxteis feitas por elas.

## **AS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS**

De acordo com o relatório da Comissão Especial de Barragens do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (CDDPH), “As mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida”, mas “elas não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares” (CDDPH, 2010).

Historicamente, o conceito de *atingido por barragem* adotado pelas empresas é territorial-patrimonialista, centrado no lugar de propriedade (VAINER, 2003). Esse lugar é atravessado pelas relações sociais de gênero, que conformam a noção de que o atingido é por regra, um sujeito masculino. Embora o conceito de atingido tenha se alargado no âmbito das lutas sociais, incorporando outros sujeitos sociais e outras relações para além da de propriedade, a perspectiva dos impactos na vida das mulheres segue invisibilizada nos estudos socioambientais desses projetos. Apesar disso, ou melhor, por conta disso, as mulheres são as “mais afetadas”:

Em meio a uma estrutura patriarcal de regulação da vida, como um marco regulador altamente rígido, as mulheres se tornam mais afetadas pela instalação de grandes empreendimentos: miséria, desestruturação social, familiar e individual causadas pela construção, operação e rompimento de barragens (MASO E MASO, 2020, p. 504)

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge a partir da experiência de luta dos atingidos em várias regiões do país, através da formação de comissões regionais apoiadas por outras organizações atuantes durante os anos 1980, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e organizações ligadas à Igreja Católica. Em 1991, torna-se um movimento nacional, popular e autônomo, com o objetivo de lutar pelos direitos dos atingidos e questionando o modelo energético adotado no Brasil (MAB, 2013).

Embora as mulheres tivessem participado do MAB desde o início, historicamente estavam subrepresentadas nas instâncias de decisão (MASO E MASO, 2020). É a partir dos anos 2000, em especial, no marco do Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens, que reuniu 500 atingidas em Brasília em 2011, que o Movimento passou a dar mais intencionalidade para a organização das mulheres, estruturando, no mesmo período, um Coletivo Nacional de Mulheres dentro do Movimento.

Reconhecer as especificidades dos impactos na vida das mulheres e com isso obter formas de reparação mais adequadas é um dos aspectos centrais na luta das atingidas por barragens. Com isso, uma das primeiras tarefas do Coletivo de Mulheres no interior do Movimento foi fazer um levantamento das violações de direitos humanos na vida das mulheres atingidas. O quadro abaixo traz uma sistematização das principais violações encontradas, organizadas a partir de “eixos” temáticos:

**Tabela 1: Eixos de violações de direitos das mulheres atingidas por barragens**

Eixos	Violações
Mundo do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>● a invisibilidade do trabalho das mulheres, com destaque para o trabalho reprodutivo e no campo;</li> <li>● a perda do trabalho gerador de renda;</li> <li>● a não adaptação ao mercado de trabalho urbano.</li> </ul>
Atuação política	<ul style="list-style-type: none"> <li>● a ausência e desqualificação das mulheres nos espaços deliberativos;</li> <li>● a ausência de serviços básicos que viabilizem a mobilização e participação das atingidas;</li> <li>● o não-reconhecimento das mulheres como sujeitas pelas empresas e por diversas instituições públicas;</li> <li>● a criminalização, ameaças e até assassinatos de mulheres lideranças.</li> </ul>
Relação com as empresas	<ul style="list-style-type: none"> <li>● a utilização de um conceito patrimonialista e patriarcal de atingido;</li> <li>● a coação e assédio dos funcionários da empresa;</li> <li>● o não reconhecimento das mulheres como <i>atingidas</i>, baseando-se no núcleo familiar.</li> </ul>
Convivência familiar e comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>● a desestruturação das relações familiares e comunitárias;</li> <li>● o impacto na vida das crianças e adolescentes;</li> <li>● a ausência de redes de proteção e atenção comunitárias com o deslocamento compulsório;</li> <li>● estímulo à competição e desconfiança;</li> <li>● aumento dos casos de alcoolismo, uso de drogas e violência contra as mulheres.</li> </ul>
Direitos sexuais e reprodutivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● a mercantilização dos corpos com a exploração do trabalho sexual de mulheres;</li> <li>● a exploração sexual de crianças e adolescentes;</li> <li>● aumento dos casos de gravidez na adolescência;</li> <li>● aumento dos casos de estupro e violência sexual nas regiões atingidas.</li> </ul>
Acesso a políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>● a falta de energia elétrica e/ou os altos preços da tarifa e instabilidade da transmissão;</li> <li>● problemas no abastecimento de água e saneamento básico;</li> <li>● sobrecarga da rede pública de saúde, educação e assistência social.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• problemas no acesso a transporte, lazer e outros serviços urbanos ocasionados pela intensificação da segregação socioespacial.</li> </ul>
--	--

**Elaboração:** autora, com base em MAB (2012), anotações de campo e diálogos com integrantes do Movimento.

Esse levantamento foi feito durante o novo ciclo de construção das grandes barragens na Amazônia, como Santo Antônio, Jirau (recém-construídas) e Belo Monte (em construção) e o complexo Tapajós (planejada). Depois, os temas foram aprofundados a partir do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. Além disso, havia a bagagem histórica do Movimento das outras regiões de atuação, em especial as regiões Nordeste e Sul. A partir de um processo de formação política feminista organizado pelas mulheres do MAB, chega-se à conclusão de que os impactos das barragens se intensificam ao serem combinados às desigualdades do sistema de dominação-exploração característico do capitalismo patriarcal:

Na estrutura social em que elas são responsáveis pela manutenção do lar e dos laços comunitários, com a chegada da barragem as mulheres ficam angustiadas e passam ter preocupações cotidianas que não tinham antes, pois afetam diretamente o sentimento de família além de violência da mercantilização do corpo da mulher, a prostituição. Neste contexto as mulheres atingidas por barragens, além de serem historicamente vítimas desta sociedade capitalista, machista e patriarcal, precisam enfrentarem a violação dos direitos resultado da construção de barragens (PORTES, 2019, p. 30)

Também nesse período, por volta de 2013, as mulheres do MAB entraram em contato com a *arpillería*, uma técnica popular latino-americana de bordado de retalhos de tecido sobre uma base de juta (“arpillera”, em espanhol). A inspiração para adoção desta técnica de bordado como uma metodologia para o trabalho com mulheres atingidas partiu da experiência chilena. Nos anos 1970, mulheres da periferia de Santiago usaram as arpilleras como ferramentas de expressão e denúncia das violências cometidas pela ditadura de Pinochet. As atingidas no MAB se apropriam dessa técnica para retratar as violações de direitos no âmbito da construção ou rompimento de barragens (PORTES, 2019).

Confeccionadas coletivamente por grupos de cinco ou seis participantes em encontros de mulheres (PORTES, 2017), as arpilleras do MAB não podem ser interpretadas como expressão espontânea ou individual, mas em geral sintetizam uma

reflexão coletiva sobre os problemas vividos pelas mulheres, em um espaço de formação política. Além de cenas e violações de direitos vividas pelas mulheres, as peças também trazem cenas de luta e resistência, como reuniões, manifestações e outros, que também fazem parte da vida das atingidas em movimento. Na parte de trás das arpilleras, em geral, as mulheres costuram um bolso no qual colocam uma carta que complementa o sentido da peça.

Hoje, o acervo das arpilleras do MAB conta com centenas de peças feitas em todas as regiões do país. A maior parte delas pode ser consultada no acervo virtual no site do Movimento<sup>2</sup> e eventualmente em exposições presenciais.

Parte das arpilleras do acervo do MAB foi feita pelas atingidas por Belo Monte, em mais de dez encontros ao longo de quase dez anos (de 2014 a 2023), nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. Para este trabalho, se analisa algumas arpilleras produzidas pelas mulheres na cidade de Altamira entre 2014 e 2018 e que tem o tema da violência como central, como se verá a seguir.

### **A VIOLÊNCIA NAS ARPILLERAS DAS ATINGIDAS POR BELO MONTE**

Nas arpilleras feitas pelas atingidas por Belo Monte em Altamira, a violência aparece como um tema comum desde o primeiro encontro, feito no salão da igreja Perpétuo Socorro, no bairro Aparecida, em novembro de 2014. Nesse período, a construção de Belo Monte estava no auge e a remoção dos atingidos das áreas alagadiças de Altamira já havia começado. Algumas participantes já tinham sido reassentadas e conheciam a realidade dos reassentamentos e outras ainda viviam a ansiedade e as incertezas do deslocamento compulsório.

Uma das peças mais conhecidas do acervo do MAB, a arpillera “Boate Xingu”, foi feita nesse encontro. Ela é inspirada em um caso que aconteceu próximo ao canteiro de obras, no qual mulheres, algumas adolescentes, foram mantidas em cárcere privado em uma casa de prostituição. A mulher ensanguentada e presa atrás das grades revela esses elementos. A fila de operários uniformizados simboliza simultaneamente a disciplina no canteiro de obras, mas também o público das casas de prostituição. O “hotel barrageiro” ao fundo representa um dos tantos estabelecimentos criados em Altamira para

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://mab.org.br/mulheres/>.

abrigar provisoriamente os operários da obra, enquanto os alojamentos não eram concluídos.

**Figura 1. Arpillera “Boate Xingu”**



Fonte: Acervo do MAB

Em 2016, os atingidos da ADA delimitada por Belo Monte já tinham, em grande parte, sido realocados. No entanto, algumas comunidades lutavam para ser reconhecidas como atingidas. Uma delas era uma pequena localidade de casas de palafitas ao fim de uma rua de terra, chamada Travessa Niterói, que dá nome à arpillera feita em junho daquele ano. Uma das mulheres que participou daquele encontro contou ser uma das últimas a ser retirada do local e sentir muita insegurança com a saída das demais famílias da vizinhança. Fazia pouco tempo, o corpo de uma estudante, estuprada e morta, tinha sido encontrado nas proximidades do local (esse caso está representado pela figura feminina atrás da vegetação na peça). “Violência sexual” foi bordado com letras grandes, mostrando ter sido essa a temática central da peça.

Ainda na temática da violência, essa peça faz menção a outros casos notáveis. Um deles foi o desaparecimento de Natan Moreira da Costa, aos 9 anos, em setembro de 2014. O caso, permanece envolto em mistério pois o menino nunca foi encontrado. Ele trouxe à memória das mulheres que bordaram essa peça o caso dos “meninos emasculados”, ocorrido no final da década de 1980 e início dos anos 1990, e que também deixou marcas profundas na memória coletiva (LACERDA, 2015). Ambos estão representados nessa



peça, que também traz cenas de mobilização: um grupo de mulheres em torno da palavra “justiça”, em referência à atuação histórica dos movimentos de mulheres locais, e a menção a uma campanha de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

**Figura 2. Arpillera “Travessa Niteroi”**



Fonte: Acervo do MAB

A peça “Merecemos uma moradia digna” foi feita em fevereiro de 2018, em um encontro com mulheres da área alagadiça da Lagoa do Independente 1. Os moradores daquela localidade, a maioria de casas de palafitas, estavam em luta para serem reconhecidos como atingidos por Belo Monte e, com isso, terem acesso a moradia em outro local, seja em um dos reassentamentos ou comprando uma casa com o dinheiro da indenização. Por isso, a arpillera manifesta o desejo das mulheres de sair dali, ressaltando aspectos negativos da vivência na área alagadiça, com as palavras “violência”, “violência sexual”, “lixo” e “doença”. A peça também mostra tábuas quebradas, que traziam o medo cotidiano de cair das passarelas de madeira sobre a água poluída da lagoa.

A Norte Energia, concessionária de Belo Monte, considerava que aquelas famílias não eram atingidas por estarem acima da cota de inundação para formação do reservatório (100 metros acima do nível do mar). No entanto, com a luta, elas conseguiram ser reconhecidas por um critério novo: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) considerou que elas eram atingidas porque Belo Monte causou um aumento repentino nos aluguéis e imóveis em Altamira, e por isso, deveriam ser reassentadas ou indenizadas (ESTRONIOLI, 2021).



**Figura 3. Arpillera “Merecemos uma moradia digna”**

Fonte: Acervo do MAB

Em dezembro do mesmo ano, o MAB fez mais um encontro no qual foram confeccionadas arpilleras, no barracão comunitário do RUC Jatobá, o maior dos seis reassentamentos urbanos, com 1.154 casas. As discussões desse encontro, que reuniu, principalmente, moradoras do bairro, foram marcadas por diversos casos de violência. Por um lado, isso acontecia porque as mulheres conheciam casos em sua vida pessoal, por outro, tinham contato pelas TVs locais.

Nessa ocasião foi feita a arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”<sup>3</sup>, cujo tema principal é a dor das mães que perdem seus filhos para a violência urbana, relacionada aos conflitos entre facções do crime organizado. Uma das mulheres que fez a peça perdeu quatro filhos nessa situação (sua história está representada no canto direito superior). A arpillera destaca também o assassinato de três jovens no reassentamento São Joaquim, entre eles o estudante universitário Magid Mauad. Após sua morte, sua mãe criou o coletivo Mães do Xingu, cujo lema dá o nome a esta arpillera.

As mulheres que fizeram essa peça também quiseram retratar outros dois casos que apareceram na TV local naquele período: um homem que matou a namorada e o filho de semanas de vida (o corpo do bebê foi encontrado dentro de um saco, representado no

<sup>3</sup> Disponível em: [https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/eu-sou-a-voz-dos-meus-filhos/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=eu%20sou%20a%20voz%20dos%20meus&p=11&source\\_list=repository&ref=%2Frepository%2F](https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/eu-sou-a-voz-dos-meus-filhos/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=eu%20sou%20a%20voz%20dos%20meus&p=11&source_list=repository&ref=%2Frepository%2F). Acesso em: 21 de jan. de 2024.

canto inferior da peça) e um jovem que foi assassinado por um colega de trabalho e pendurado em uma árvore (canto inferior direito).

Do mesmo encontro é a arpillera “Morte às margens” (Figura 1), que em primeiro plano mostra uma mulher e chorando diante de um caixão em referência à perda de familiares para a violência. Três cruzes simbolizam a banalidade do aumento das mortes na cidade, assim como um corpo nu, sem detalhes, e um corpo de mulher que estão estendidos. O tecido escuro escolhido para o fundo da peça também se destaca, dando ares mais sombrios à peça, uma vez que, em geral, nas oficinas as mulheres são orientadas a usar cores claras para o fundo, para que os elementos bordados fiquem em mais destaque.

**Figura 4. Arpillera “Morte às margens”**



Fonte: Acervo do MAB

Outro elemento na peça é a barragem de Belo Monte, que aparece relacionada a essa violência. No fundo, as casas de mesmo formato e em três cores remetem à padronização com que foram feitas as casas dos RUCs. Um detalhe no canto esquerdo

destoa do tema, mas compõe o cenário: uma torneira vazia, simbolizado a falta de água nos reassentamentos, um problema constante na vida das mulheres que moram nesses locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a coleção de arpilleras bordadas pelas atingidas por Belo Monte, nota-se um destaque para o tema da violência. Algumas arpilleras retratam casos famosos, que ocuparam a TV local, outras trazem casos anônimos do dia a dia, que envolvem direta ou indiretamente as mulheres que participaram da confecção das peças. A violência aparece como tema tanto nos grupos de mulheres que já tinham sido reassentadas quanto para aquelas que ainda viviam nas áreas alagadiças.

Mesmo sendo feitas em encontros só de mulheres, onde a discussão sobre temas sensíveis é facilitada, as arpilleras versam não somente sobre a violência de gênero, mas também retratam o aumento dos conflitos territoriais, que tiveram como principal vítima a juventude, negra e periférica, em especial nos reassentamentos. As mulheres, no entanto, como apontou o MAB, são afetadas sobremaneira pelas perdas dos filhos e pela quebra dos vínculos familiares e comunitários que estão relacionados a esse contexto.

A hidrelétrica de Belo Monte e o rio Xingu são elementos que também aparecem com frequência nessas peças, por sua conexão com os temas discutidos (três arpilleras mostradas neste trabalho trazem a barragem bordada).

Embora retratando cenas de violência e descaso, em algumas arpilleras as mulheres optaram por bordar também cenas de manifestação ou reunião, que mostram a importância da organização e da luta nesse contexto de violações de direitos. Apesar de representado em apenas duas arpilleras selecionadas para este trabalho, este é um tema comum no acervo em geral.

Além de um testemunho têxtil, com essa técnica, as mulheres atingidas por barragens dispõem de uma forma de se expressar quando, não raramente, as palavras faltam, mas também de instrumento de reflexão sobre os problemas vivenciados. Reunidas e bordando coletivamente, as mulheres também planejam saídas para essas questões e tecem redes.

As arpilleras são usadas pelo MAB como uma metodologia de educação popular, com um objetivo organizativo e de denúncia das violações de direitos. Para os estudos

acadêmicos, as peças produzidas nesses encontros podem ser analisadas como testemunhos de momentos de transformações socioespaciais conflituosas, como as desencadeadas pela hidrelétrica de Belo Monte em Altamira.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Titi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: O que os dados oficiais (não) revelam| Structural violence Against women in Belo Monte: What official data does not reveal. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, n. 43, 2019.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. Editora Ática, 1990. v. 192

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. Em: **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. et al. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI. **Papers do NAEA**, 2014.

CDDPH - CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA – COMISSÃO ESPECIAL “ATINGIDOS POR BARRAGENS”. **Violação de Direitos Humanos das Populações Atingidas por Barragens**. Brasil, 2010

COUTO, Aiala Colares. Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia. **Revista GeoAmazônia**, v. 11, n. 22, p. 46–67, 2023.

ESTRONIOLI, Elisa Mergulhão. **UHE Belo Monte e as concepções espaciais do conceito de atingido por barragem: Uma análise a partir da Lagoa do Independente I em Altamira (PA)**. Dissertação (Mestrado)—Altamira: Universidade Federal do Pará, 2021.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; SOUZA, César Martins de. O Apocalipse De Belo Monte: Uma Cidade Frente À Construção Da Hidrelétrica. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 790–814, 2018.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist register**, v. 40, n. 1, p. 95–126, 2004.

HERRERA, José Antônio; MOREIRA, Rodolfo Pragana. Espacialidade do medo e insegurança pública: ensaio sobre os efeitos da UHE Belo Monte na cidade de Altamira no Pará. **Revista Políticas Públicas & Cidades-2359-1552**, v. 3, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE (IBAMA). **Parecer Técnico nº23/2018-COHID/CGTEF/DILIC**, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Altas da Violência 2017**. , 2017.

LACERDA, Paula Mendes. **Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). **As lutas dos atingidos por barragens por direitos humanos**. São Paulo: [s.n.].

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2021. v. Coleção Emergências

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MASO, Tchenna Fernandes; MASO, Tchella Fernandes. Onde estão nossos direitos? O campo feminista de gênero bordado pelas mulheres atingidas por barragens. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antônio. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **IN: Confins**, n. 28, 2016.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens. **São Paulo: MAB**, 2011.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, 2012.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. DO; CASTRO, Edna Ramos de. Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte. Em: **Territórios em transformação na Amazônia**. Belém: NAEA, 2017. p. 139.

NESA (NORTE ENERGIA S.A.). **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PBA)**. 2011.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Belo Monte: violências e direitos humanos**. Belém: Editora Supercores, 2017.

OLIVEIRA, Igor Renan Araujo. **A violência homicida no espaço urbano de Altamira: o fator Belo Monte e a cartografia dos homicídios**. Dissertação (Mestrado)—[s.l.] Universidade Federal do Pará, 2022.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: o anteato da destruição**. 2. ed. Belém: Grafisa, 1977.

PORTES, Fernanda de Oliveira. **Mulheres atingidas por barragem: expressando resistência através das arpilleras**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História—[s.l.] Universidade Federal Fronteira Sul, 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo Económico**, p. 3–27, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SCHMITZ, Aline Motter; BUENO, Caroline Tapia. Diálogos entre as pesquisas geográficas e o conceito de patriarcado. **Geografia em Questão**, v. 16, n. 03, 2023.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política**. 2008.

VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes**. Vidas Alagadas-conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 2003.